

Decisões da Mesa

De 8-12-83

No Processo RG 2847/79 em que Vera Lucia dos Passos, RG. 6.399.741/SP., requer o seu reaproveitamento em função-atividade de Agente Legislativo de Serviços Auxiliares (Portaria): indeferindo o pedido. (Decisão 600/83);

No Processo RG 5.532/83 em que José Ortega, RG 2.318.519/SP., requer a aplicação do acesso para o provimento do cargo vago de Agente Legislativo Supervisor de Unidade de Eletricidade: indeferido o requerido (Decisão 601/83);

No Processo RG 2759/76: aprovando os reajustes relativos a auxílio — transporte dos Senhores Deputados, conforme demonstrativo do Departamento Técnico de Finanças com base no Ato 18/83; da Mesa da Câmara dos Deputados, e autorizando a correspondente despesa (Decisão 612/83);

No Processo: RG 11.639/83

Interessado: Departamento Estadual de Polícia Científica
Assunto: Obrigatoriedade de registro de acidentes envolvendo veículos oficiais em Boletim Especial de Ocorrência criado pela Resolução SSP-24, de 11/03/83

Decidindo:

a alínea "h" do artigo 4.º do Regulamento dos Serviços de Garagem, de 31 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

"h" — na hipótese de abaloamento ou atropelamento, o Agente de Segurança Legislativa deverá tomar as seguintes providências:

1 — quando houver vítima: prestar, à mesma, socorro imediato;
2 — quando houver somente danos materiais, requisitar o comparecimento da autoridade policial para que seja lavrado o Boletim de Ocorrência Para Veículos Oficiais (Decreto n.º 20.416/83 e Resolução SSP-24, de 11/03/83).

(Decisão 602/83).

Ato da Diretoria Geral

De 6-12-83

Atribuindo:

a partir de 7-11-83, a Renato Benedicto Pires de Oliveira, RG 6.110.657 a gratificação de representação de Auxiliar (Gabinete da Liderança do PDS);

a partir de 1-12-83, a Alvaro Solon Coelho, RG. 1.366.882, a gratificação de representação de Consultor Técnico de Gabinete (Gabinete da 4.ª Secretaria).

Decisões da Diretoria Geral

De 6-12-83

Indeferindo pedidos de pagamento a título de indenização de licença-prêmio não gozadas quando em atividade, formulados por:

Dorothy de Carvalho, RG 909.101/SP;

José Maria de Souza, RG 514.757/SP;

Zélia Novais Guimarães, RG. 526.675/SP.

Indeferindo Pedido de pagamento a título de indenização de férias não gozadas quando em atividade, formulada por Francisco Carlos, RG 185.227/SP.

Ato da Subdiretoria Geral

De 7-12-83

Concedendo à vista do pronunciamento da Divisão de Assistência Médica, licença para tratamento de saúde:

Silvia Monteiro, RG 4.341.616/SP., 15 dias a partir de 22-11-83;

Cecília Maria Villaga Bretas, RG 3.250.986/SP., 4 dias a partir de 29-11-83;

Elci Duro da Rocha Sanchez, RG 6.672.378/SP., 60 dias a partir de 23-11-83;

Em Prorrogação:

Ana Maria Fernandes da Silva, RG 5.703.761/SP., 30 dias a partir de 24-11-83;

Lenice Fonseca Ribeiro dos Santos, RG 4.624.972/SP., 5 dias a partir de 22-11-83;

Ruth Zappa, RG 1.448.788/SP., 4 dias a partir de 22-11-83;

Elizete Puglisi Duarte, RG 8.641.205/SP., 3 dias a partir de 28-11-83;

Arury Godinho Maciel, RG-1.746.068/SP, no dia 24-11-83;

Geraldo Rodrigues, RG 2.679.560/SP, 60 dias a partir de 26-11-83;

Por motivo de doença em pessoa da família:

Florencia Navarro Borges, RG 5.132.234/SP, 14 dias a partir de 17-11-83;

De 7-12-83

Deferindo pedido de férias para gozo oportuno, formulado por Damar Massei Sobrinho, RG 4.264.905/SP, 30 dias de 1983.

EDITAL

Concorrência para contratação de firma especializada para proceder a manutenção dos sistemas de ar condicionado do Palácio "9 de Julho".

Acha-se aberta, na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, situada nesta Capital, no Parque Ibirapuera, Palácio "9 de Julho", a Concorrência n.º 06/83, referente a contratação de firma especializada para proceder a manutenção do sistema de Ar Condicionado do Palácio 9 de Julho.

O prazo para recebimento dos envelopes de documentação e propostas, expirar-se-á às 14:00 horas do dia 9 de dezembro de 1983.

Para maiores esclarecimentos, os interessados deverão dirigir-se a Seção de Compras, 2.º Pavimento, sala 2.177, nos dias úteis, exceto nos sábados, das 12:00 às 18:00 horas.

Comissão de Licitação (publicado novamente por ter saído com incorreção relativamente a data da abertura do certame)

Retificações

Na publicação de 6-12-83, referente a Ato da Diretoria Geral, atribuindo a Priscila Pandolfi..., inclua-se a partir de 29-9-83;

Na publicação de 7-12-83, referente a Ato da Diretoria Geral, Apostilando o título de nomeação: onde se lê: Marício Ayres Moraes..., leia-se: Maurício Ayres Moraes;

Na publicação de 8-12-83, referente a Ato da Mesa, nomeando, onde se lê: Guionmar Maria Magrim..., leia-se: Guionmar Maria Magri e onde se lê: Rira de Cássia Atalla Simionato..., leia-se: Rira de Cássia Atalla Simionato.

Atas das Comissões**Comissão de Constituição e Justiça**

Ata da Vigésima Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça da Primeira Sessão Legislativa da Décima Legislatura.

Ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e oitenta e três, no edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no Plenário "Tiradentes", às dezesseis horas e trinta minutos, realizou-se a Vigésima Reunião Extraordinária da Comissão da Constituição e Justiça da Primeira Sessão Legislativa da Décima Legislatura,

sob a Presidência do Deputado José Gregori. Presentes os Senhores Deputados Aloysio Nunes Ferreira, Evandro Mesquita, Randal Juliano Garcia, Ademar de Barros, Luiz Furlan, Hélio Furlan e Geraldo Siqueira. Durante o transcorrer dos trabalhos compareceram os Deputados Ary Kara e Rubens Lara, retirando-se o primeiro, substituído, quando do comparecimento do segundo. Ausentes os Senhores Deputados Wadih Helú e Marcos Aurélio Ribeiro. Havendo número regimental, foram abertos os trabalhos, tendo sido dispensada a leitura da Ata anterior que foi dada como aprovada. Em seguida, passou-se à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia: Parecer contrário do Relator Deputado Evandro Mesquita sobre o Projeto de lei n.º 24, de 1983, de autoria do Deputado Ary Kara criando a Região Administrativa de Taubaté. Submetido a votação, é rejeitado o Parecer do Relator, tendo sido designado para redigir o Vencido o Deputado Randal Juliano Garcia. Votaram a favor do parecer os Deputados José Gregori, Aloysio Nunes Ferreira e Evandro Mesquita. Parecer favorável do Relator Deputado Aloysio Nunes Ferreira sobre o Projeto de lei n.º 338, de 1983, de autoria do Deputado José Yunes declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Silveiras. Colocado em votação, é aprovado o Parecer, com voto contrário do Deputado Evandro Mesquita; Parecer favorável do Relator Deputado Randal Juliano Garcia sobre o Projeto de lei n.º 339, de 1983, de autoria do Deputado José Yunes declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Campos do Jordão. Sem discussão foi aprovado o Parecer; Parecer favorável com emenda do Relator Deputado Rubens Lara sobre o Projeto de lei n.º 354, de 1983, de autoria do Deputado Flomiano Leandirini isentando do pagamento de taxa de pedágio nas rodovias do Estado, os estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino superior ou equivalente. O Deputado Randal Juliano Garcia apresenta Voto em Separado contrário à proposição. Colocado em votação, é aprovado o Parecer do Relator, com votos contrários dos deputados José Gregori, Aloysio Nunes Ferreira e Randal Juliano Garcia; Parecer contrário ao Projeto de lei e à Emenda do Relator Deputado Wadih Helú sobre o Projeto de lei n.º 388, de 1983, de autoria do Deputado Paulo Diniz vedando a contratação de trabalho através de pessoas físicas ou de locadoras de serviços, aos órgãos de administração centralizada ou autárquica. Foi apresentado pelo Deputado Marcos Aurélio Ribeiro Voto em Separado favorável à proposição e à Emenda. Colocado em votação, é aprovado o Parecer do Relator, com voto contrário do Deputado Geraldo Siqueira; Parecer contrário do Relator Deputado Wadih Helú sobre o Projeto de lei n.º 452, de 1983, de autoria do Deputado Ary Kara autorizando o Executivo a celebrar convênio com as Prefeituras Municipais para fins de desenvolvimento do ensino de 1.º grau. Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável do Relator Deputado Rubens Lara sobre o Projeto de lei n.º 455, de 1983, de autoria do Deputado Randal Juliano Garcia declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Cajamar. Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável do Relator Deputado Wadih Helú sobre o Projeto de lei n.º 456, de 1983, de autoria do Deputado Randal Juliano Garcia declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Jundiá. Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável com Emenda do Relator Deputado Ademar de Barros sobre o Projeto de lei n.º 500, de 1983, de autoria do Deputado Evandro Mesquita dispondo sobre a isenção do pagamento de tarifas de pedágio, nas rodovias estaduais, aos veículos oficiais pertencentes às prefeituras dos municípios do Estado. O Deputado Randal Juliano Garcia apresenta Voto em Separado contrário à proposição. Submetido à votação, é aprovado o Parecer do Relator, com votos contrários dos deputados José Gregori, Aloysio Nunes Ferreira, Randal Juliano Garcia e Geraldo Siqueira; Parecer favorável do Relator Deputado Hélio Furlan sobre o Projeto de lei n.º 568, de 1983, de autoria do Deputado Hatrio Shimomoto instituindo o Município de Registro como "Capital Paulista do Chá". Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável do Relator Deputado Rubens Lara sobre o Projeto de lei n.º 574, de 1983, de autoria do Deputado Fernando Mauro oficializando a "Semana Prof. Queiroz Filho". Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável do Relator Deputado Hélio Furlan sobre o Projeto de lei n.º 566, de 1983, de autoria do Deputado Mauro Bragato dando a denominação de "Profa. Maria Esther Tofoli" à EEPG do Patrimônio Tucuruvi do Bairro Tucuruvi, em Adamantina. Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável com Emenda do Relator Deputado Ademar de Barros sobre o Projeto de lei n.º 569, de 1983, de autoria do Deputado Ary Pedrosa dando a denominação de "Prof. Mário Chorilli" à EEPG (Agrupada) do Parque Residencial 1.º de Maio, em Piracicaba. Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável "ad referendum" do Plenário do Relator Deputado Ademar de Barros sobre o Projeto de Lei n.º 612, de 1983, de autoria do Deputado Fauze Carlos declarando de utilidade pública o Lar Evangélico "Alice de Oliveira", de Campinas. Sem discussão foi aprovado o parecer; Parecer favorável do Relator Deputado Ademar de Barros sobre a Moção n.º 368, de 1983, de autoria da Deputada Crolinda Silveira Sampaio apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser restabelecida a Loteria do Estado de São Paulo, e destinada sua renda para o atendimento dos desempregados. Sem discussão foi aprovado o parecer. O Senhor Presidente suspende a reunião até o término da Ordem do Dia, em obediência ao disposto no artigo 48 da III C.R.I. Reaberta com a presença dos Deputados Randal Juliano Garcia, Rubens Lara, Ademar de Barros, Luiz Furlan, Hélio Furlan e Geraldo Siqueira, sob a Presidência do Deputado José Gregori, tem seguimento a Ordem do Dia: Parecer favorável do Relator Deputado Rubens Lara sobre a Moção n.º 448, de 1983, de autoria do Deputado Nelson Nicolau aplaudindo a atitude do Sr. Geraldo Forbes que, em artigo publicado pela Revista Veja sob o título "Pela Renúncia de Figueiredo", expressa seu descontentamento com os rumos da política levada a termo pelo Governo Federal. Usando da palavra para discutir, os Deputados Ademar de Barros e Luiz Furlan manifestam-se contra a proposição, por entenderem que o instituto da Moção está sendo desvirtuado. O Senhor Presidente, Deputado José Gregori, declara que votará contra o Parecer, por coerência, pois assim o faria se a Moção fosse de aplauso ao Presidente da República. Colocado a votos, é rejeitado o Parecer do Relator, tendo sido designado para redigir o Vencido o Deputado Randal Juliano Garcia. Votou a favor do Parecer o Deputado Geraldo Siqueira. Cota propondo a anexação ao RG. 16.470/83 do Relator Deputado Wadih Helú sobre o Processo RG. n.º 16.465, de 1983, de autoria da Câmara Municipal solicitando a rejeição dos P.L.s. que criem novas estâncias, onde as cidades não reúnam condições básicas exigíveis para tanto. Sem discussão foi aprovada a cota; Parecer pelo arquivamento do Relator Deputado Hélio Furlan sobre o Processo RG. n.º 17.068, de 1983, de autoria da Câmara Municipal solicitando a rejeição de projetos que visem à criação de novas estâncias no Estado. Sem discussão foi aprovado o parecer. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convoca os Senhores Membros para reuniões extraordinárias a serem realizadas nos dias 2 e 3 de dezembro do corrente ano, às dezesseis horas e trinta minutos, no Plenário das Comissões, e dá por encerrada a reunião, da qual eu, Miguel Sebastião Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

Ata aprovada em reunião de 2-12-83.

Deputado JOSÉ GREGORI, Presidente

Miguel Sebastião Martins, Secretário

ERRATA**Comissão de Defesa do Meio Ambiente**

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, às 10:00 horas, no Plenário "José Bonifácio", no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura. A reunião, convocada com a finalidade específica de dar continuidade aos debates iniciados em outra reunião, com a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário de Obras e do Meio Ambiente, foi convocada e presidida pelo Deputado Aloysio Nunes Ferreira. Presentes os Senhores Deputados Walter Lazzarini e Vicente Botta. Ausentes, por motivo justificado, os Senhores Deputados Walter Lemes Soares e Geraldo Si-

queira. Participou, também, dos trabalhos, o Deputado Koyu Iha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início à reunião, dispensando a leitura da ata da sessão anterior, considerando-a aprovada. Em seguida, após declarar o objetivo do presente encontro, comunicou que a Comissão foi procurada por um grupo de moradores do Embu mobilizados contra o aterro sanitário naquele município e referiu-se a um projeto de lei, apresentado pelo Deputado Augusto Toscano, que dispõe sobre a proibição da instalação de depósitos de lixo, usinas de beneficiamento de resíduos sólidos e aterros sanitários em áreas de proteção de mananciais. Comunicou o pedido de audiência ao Secretário dos Negócios Metropolitanos, tendo em vista esse assunto. Informou o Deputado Vicente Botta que o Deputado Toscano está lutando para conseguir a inclusão do seu projeto no objeto da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa. Disse, ainda, que seria importante que o Senhor Secretário se propusesse a adiar o processo de aterro para evitar atropelo na aprovação do projeto. Anunciou o Senhor Presidente a presença do Dr. João Oswaldo Leiva, DD. Secretário de Obras e do Meio Ambiente, convidando-o a tomar assento à sua direita, após o que solicitou fosse feito um relato da reunião realizada em Brasília a respeito do rebaixamento do Vale Grande. Com a palavra, disse o Senhor Secretário que o objetivo da reunião em Brasília, na CIRM — Comissão Interministerial de Recursos do Mar, foi estudar o processo pelo qual as obras seriam executadas e que as propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade. De acordo com inscrição prévia, tomaram parte nos debates os Senhores: Deputados Vicente Botta; Deputado Walter Lazzarini; Deputado Koyu Iha; Sr. Randal Marques, Jornalista de o "Jornal da Tarde" e membro da S.B.P.C.; Dr. Waldemar Casadei, Superintendente do DAEE; Sr. Sérgio Dialeachi, membro da União Ecológica, APEDEMA e CONSEMA; Sr. Milton Domingues, membro do Sindicato Rural de Iguape e da Comissão da Barragem do Vale Grande; Sr. José Santos Filho, ex-agricultor; Sr. Jair Leite Ricci, representante do empresariado de Iguape, Ilha Comprida e Juréia; Dr. Yukio Kitahara, porta-voz do Sindicato Rural de Iguape; Sr. Clayton Ferreira Lima, Assessor do Superintendente da SUDELPA; Waldir Ferreira Moraes, Presidente do Sindicato Rural de Registro; Sr. Antonio Ragni de Castro Leite, empresário de Iguape, Ilha Comprida e Juréia; Sr. Oscar S. Untem, membro da Comissão da Barragem (Sindicato de Registro); e Sr. Judith Cortesão. No decorrer dos debates, após fazer uso da palavra o Sr. Milton Domingues, o Dr. Leiva justificou sua saída antecipada, reafirmando que os técnicos estiveram acompanhando todos os problemas das enchentes e o drama das populações. Que o Governo do Estado estava presente e tomou todas as medidas emergenciais para evitar uma catástrofe, e, ao mesmo tempo, abriu estudos convocando pessoas da comunidade científica, os ambientalistas, assim como os agricultores, para discutir. Que não admite que se diga que houve autoritarismo. Que o Executivo e o Legislativo estão dando uma lição de democracia, abrindo discussões como esta, mas quer unanimidade nunca vamos chegar. A minoria precisa respeitar o voto da maioria. Colocou-se à disposição para outros debates, agradeceu e retirou-se. Os debates prosseguiram com veemência e ampla argumentação. Tendo em vista o adiantado da hora, o Deputado Botta sugeriu que os oradores inscritos encaminhassem, por escrito, suas considerações e que o Presidente convocasse uma reunião para exame do que foi colocado, a fim de se poder avaliar o relatório do Deputado Walter Lazzarini. O Senhor Presidente acolheu a ponderação do Deputado Vicente Botta e declarou ser prioritário, no âmbito da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, deliberar a respeito de um roteiro de trabalho que e deve ser proposto pelo Deputado Walter Lazzarini, passando-lhe a palavra. Após rápida análise de alguns itens dos debates, o Deputado Lazzarini propôs que se encaminhasse a discussão, no sentido de todos se posicionarem quanto aos problemas das obras anunciadas afetarem ou não, de maneira irreversível, o meio ambiente. Pela ordem, disse o Deputado Botta não poder decidir-se sem ouvir os demais depoimentos e analisar tudo o que foi discutido aqui. Reformulou seu pedido para que coloquem, por escrito, suas posições, aqueles que ainda tem algo a dizer. Disse o Deputado Walter Lazzarini entender que a responsabilidade de tomar uma posição não caberia, na medida em que não se chegou a uma posição consensual. Dado que as obras emergenciais já estão para ser iniciadas, entende ser possível receber depoimentos de todos os presentes e, a partir de um consenso, estabelecer um roteiro para discussão da solução definitiva. O Deputado Vicente Botta, tendo em vista a decisão já tomada para rebaixamento da barragem, sem outra alternativa, confuso diante dos técnicos, ora pró ora contra a barragem, entregou a responsabilidade ao Governo do Estado. Disse não ter chegado, ainda, à conclusão do melhor caminho. Ressaltou, após aparte concedido à Sr. Judith Cortesão, Assessora do Dr. João Paulo N. Neto (CONSEMA), que todos os dados técnicos devem ser recolhidos para se tornarem objeto do relatório, deixando de lado os problemas pessoais. A reunião contou com um número bastante elevado de interessados no problema em pauta. No transcorrer dos debates, por ter que ausentar-se do Plenário, o Deputado Aloysio Nunes passou a presidência do órgão ao Deputado Vicente Botta, Vice-Presidente da Comissão, reassumindo-a logo após. Os assuntos suscitados foram objeto de ampla discussão, tendo sido gravados pelo Serviço de Som desta Casa, passando o teor deles, após transcrição, a fazer parte integrante desta Ata, para todos os efeitos regimentais. O Senhor Presidente confessou sua perplexidade frente à polêmica originada pelo rebaixamento do Vale Grande, dizendo que cada uma das posições traz dados e referências, conexões, interesses sociais que o tornam incapaz de afirmar, de forma categórica, que essa é a melhor solução. No entanto, levando em conta a opinião de um homem como o Dr. Casadei, o esforço e a discussão conduzida até o momento, sob a égide da Secretaria de Obras e Meio Ambiente, estaria sendo injusto se não dissesse de público a confiança que deposita nesses órgãos. Dirigiu seus agradecimentos a todos e em especial aos Deputados membros deste órgão técnico pelo seu empenho e participação. A seguir, suspendeu a reunião por quinze minutos a fim de ser lavrada a presente Ata, última da atual sessão legislativa; o que foi feito por mim, Clotilde Conceição de Souza Amaral, Secretária da Comissão. Reaberta a reunião, foi lida e aprovada esta Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, encerrando-se, assim, os trabalhos da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, desta 1.ª Sessão Legislativa, da Décima Legislatura.

Plenário "José Bonifácio", em 5-12-83.

Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA, Presidente

Clotilde Conceição de Souza Amaral, Secretária.

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

Câmara Municipal de São Paulo

PRESIDÊNCIA**Resumo do Termo de Contrato**

Contratante — Câmara Municipal de São Paulo

Contratada — Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo — PRODAM — SP

Objeto — Prestação de serviços Técnicos Especializados de Consultoria e Assessoramento.

Prazo — Até a entrega e aceitação dos trabalhos até o dia 30 de setembro de 1983.

Verba — 09.10.01.001.2000 — 3132 — 6 — Outros Serviços e Encargos

Empenho — 122/OSE

Valor — Cr\$ 12.416.000,00

Assinatura — 16 de setembro de 1983.